

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALOÁ/PE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2025

PREGÃO ELETRÔNICO

006/2025

CONTRATANTE (UASG)

Fundo Municipal de Educação de Saloá/PE



OBJETO

Aquisição de Material Permanente e Utensílios para as escolas da rede municipal de ensino do município de Saloá PE.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 476.766,50 (quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/06/2025 às 10:00h (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:

Aberto.

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

Torna-se público que o(a) o Fundo Municipal de educação de Saloá/PE, por meio da equipe de contratação, sediado(a) praça São Vicente, nº 43, Centro, Saloá/PE, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

..1. O objeto da presente licitação é a aquisição de Material Permanente e Utensílios para as escolas da rede municipal de ensino do município de Saloá PE, em conformidade com o disposto da Lei Federal Nº.14.133, de 1º de abril de 2021.

..2. *A licitação será realizada por item.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Bolsa Nacional de Compras a traves do site: <https://bnccompras.com>.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;





2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



3.2. Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.9.1 deste Edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade cotada.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:



5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº](#)





14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.





6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a estação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).



7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação abranger as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (minutos) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://bnccompras.com>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal: 9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais





grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e ouvirá o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade (PAAP), disciplinado em Decreto Estadual.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente através da plataforma do BNC.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



a contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia seguinte. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

- 11.8. O descumprimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://bnccompras.com/>.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Saloá/PE, 10 de junho de 2024

Alvaro Deangelles Pereira Florentino
Secretário de Educação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Aquisição de Material Permanente e Utensílios para as escolas da rede municipal de ensino do município de Saloá PE

1. Introdução

Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade respaldar tecnicamente a futura contratação de empresa para Aquisição de Material Permanente e Utensílios para as escolas da rede municipal de ensino do município de Saloá PE, que implantará o regime de tempo integral. A aquisição tem como objetivo estruturar adequadamente a nova cozinha escolar, de forma a garantir a oferta de alimentação escolar segura, eficiente e de qualidade a aproximadamente 190 alunos.

2. Justificativa da Contratação

A implantação do ensino em tempo integral na Escola São Vicente impõe à gestão educacional a necessidade de garantir alimentação completa (almoço, lanche e jantar) aos alunos durante o período ampliado de permanência na escola. Nesse contexto:

- A cozinha existente não possui equipamentos suficientes para atender à nova demanda;
- Parte dos utensílios encontra-se em estado precário ou fora de uso, comprometendo a segurança alimentar;
- A ausência de utensílios e materiais adequados prejudica a eficiência e agilidade no preparo das refeições;
- A aquisição de materiais industriais e resistentes (como aço inox e alumínio reforçado) é imprescindível para o uso intenso e contínuo no ambiente escolar;
- É compromisso da Administração Pública a oferta de alimentação escolar digna e saudável, conforme os parâmetros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Portanto, a contratação visa requalificar o ambiente de produção de refeições, proporcionando estrutura, segurança, higiene e eficiência, tanto para os profissionais da merenda quanto para os estudantes beneficiados.

3. Descrição do Objeto

O objeto consiste na aquisição parcelada, conforme demanda, de diversos materiais permanentes e utensílios industriais para cozinhas escolares, conforme o detalhamento do DFD, destacando-se:

- Equipamentos de grande porte: geladeiras, freezers, fogões industriais, fornos, liquidificadores, processadores, entre outros;
- Mobiliário e bancadas: estantes, paineleiros, mesas de inox, carros buffet;
- Utensílios diversos: colheres, conchas, bandejas, facas, pratos, panelas e recipientes;
- Itens auxiliares: caixas plásticas, jarros, peneiras, jarras térmicas.



Todos os materiais devem atender a critérios de durabilidade, segurança sanitária e ergonomia, considerando o uso contínuo em ambiente escolar coletivo.

Item	Descrição	Unidade	Quant
1	Panelheiro duplo 100% aço 6 portas Dimensões altura: 188 cm largura: 70 cm profundidade: 28,3 cm características acabamento da porta: pintura epóxi/poliéster acabamento dos pés: abs cor do produto: branco escala de brilho: brilhante estilo: contemporâneo itens inclusos: 1 panelheiro e 1 manual de montagem linha ou coleção: multipla material da estrutura: aço material da porta: aço	UND	9
2	Bebedouro de coluna, branco, com compatibilidade para garrações de 10 e 20 litros, refrigeração por compressor, 220v, tanque de água gelada 2,8l, medida aproximada 30 x 87 x 31,8 cm (lxaxp).	UND	25
3	Freezer horizontal de 2 portas, branco com chave, capacidade mínima de 534 litros, voltagem de 220v, fechaduras com chave, rodizio de pés, com controle de temperatura externo, termostato com função freezer ou refrigerador, dreno de descongelamento, garantia mínima do fabricante seja de 01 ano.	UND	4
4	Estante de aço reforçado, com 6 prateleiras, em chapa nº22 (0,60mm), coluna dupla em chapa nº18 (1,30mm). Tratada por processo anti-corrosivo e pintura eletrostática a pó. Medidas aproximadas: 920mm x 300mm x 1980mm (largura x profundidade x altura). Suporta até 100 kilos por bandeja.	UND	22



5	Estante em aço inox para cozinha industrial. Estante em aço inox para estoque 4 planos 900x380x1500.	UND	17
6	Fogão industrial 6 queimadores, a gás, com forno, chama dupla com alta pressão, em aço inox, Fogão a gás 6 bocas, 1200x950 mm, com maxi forno a gás: construído completamente em aço inoxidável, plano de cocção hermético que impede a infiltração de sujeira e líquidos, com trempe de ferro fundido com acabamento esmaltado, queimadores de alto rendimento projetados para adaptar a chama ao fundo da panela, acendimento com chama piloto que reduz o consumo de gás e garante a segurança do operador, termo válvulas de segurança para evitar vazamentos e pés ajustáveis em aço inox.	UND	3
7	Geladeira industrial 4 portas inox 220v, armazenamento 1044l, temperatura de 0 a 7°C. Refrigeração: ar forçado com evaporador aletado - controlador eletrônico com indicador de temperatura - prateleiras: 4 - construção do gabinete: monobloco níveis, aramadas, reguláveis; um nível pode ser usado como estrado - revestimento externo: aço inox 430 - revestimento interno: aço galvanizado - parte frontal com resistência - pés niveladores no quadro de portas - equipamento certificado conforme portaria inmetro	UND	1
8	Geladeira frost free duplex, mínimo 380 l, 220v, cor branca.	UND	4
9	Mesa lisa / bancada manipulação toda em aço inox industrial 190x60x90 cm plano liso, 1 prateleira	UND	10
10	Mesa bancada em aço inoxidável 201 ou superior, com 2 prateleiras e prateleira superior.*altura prateleira superior: 70cm do tampo principal * altura do tampo principal ao	UND	1



	piso 85 cm *largura prateleira Espessura da chapa (mm): 0.8 mmsuperior: 30cm		
11	Bancada / mesa em de aço inox com duas gavetas e prateleira produzida totalmente em aço inoxidável de alta durabilidade e resistência com suporte de até 400kg distribuídos. Medida aproximada (1,10 m, 70 cm).	UND	1
12	Micro-ondas grande, 220v, 1400w, capacidade 34l,	UND	17
13	Prateleiras arerea inox para cozinha industrial 100 x 40 cm	UND	19
14	Processador de alimentos industrial inox, 220v, 7 discos diametro 203mm, potencia mínima 600w.	UND	2
15	Chapa sanduicheira 97x30cm com prensa 4 queimadores a gás *corpo externo em aço inox 430. *queimadores em sistema de gaveta com controle individual. *gaveta coletora de resíduos. *pés com regulagem de ***medidas chapa*** altura *consumo médio de gás:1,400 kg/h *largura 131,0cm *profundidade total 47,0 cm *cocho da chapa : 9 cm *altura 20,0 cm	UND	7
16	Colher de mesa, sopa/ refeição toda em inox, sem soldas e emendas	UND	1500
17	Garfo de mesa, refeição todo em aço inox, sem soldas e emendas	UND	1500
18	Faca de mesa, refeição toda em aço inox, sem soldas e emendas	UND	1500
19	Concha para feijão, toda em aço inox, 30 cm, sem soldas e emendas.	UND	38
20	Pegador para massa, inox, cabo longo 28 cm	UND	38
21	Escumadeira, toda em aço inox, 30 am, sem soldas e emendas	UND	24



22	Colher para servir arroz, inox, 32 cm, cabo sem divisórias	UND	54
23	Espátula reta, inox, com cabo plástico branco. Possui a extremidade da lâmina afiada para maior eficiência. - largura da lâmina: 11,5 cm; - comprimento da lâmina: 13 cm; - comprimento total: 24,5 cm.	UND	8
24	Liquidificador industrial, copo aço inox, capacidade 25l, com tampa, 220v, alta rotação.	UND	11
25	Kit merenda escolar (prato, caneca, cumbuca e colher), polipropileno virgem atóxico. Cor azul.	UND	1800
26	Recipiente de vidro, com tampa, marinex 5l, retangular	UND	40
27	Recipiente de vidro, com tampa, marinex 2l, quadrado com tampa	UND	30
28	Colher plana pá em polietileno para cozinha industrial 35 cm	UND	45
29	Colher plana pá em polietileno para cozinha industrial 50 cm	UND	42
30	Colher plana pá em polietileno para cozinha industrial 75 cm	UND	28
31	Carro Buffet termico aquecido em inox 8 cubas, 2500w com tampa, 220v, com termostato. :: dimensões do buffet: (138 x 62 x 156cm) dimensões da cuba: (10 x 26,5 x 32,5cm) padrão 1/2 (aprox. 7 litros) :: 8 cubas gastronômicas (gns) inclusas, confeccionadas em aço inox padrão 1/2 (aprox. 7 litros).quantidade de cubas gastronômicas (gns): 8 unidades :: termostato do tipo capilar de bulbo (20 °c a 120 °c) :: voltagem: 220v :: potência da resistência: 2.500 w :: construído todo em aço inox: cubas, tampas, tanques interno e externo. :: botão termostato automático do tipo capilar de bulbo (30 °c a 120 °c), mantém a temperatura e economiza	UND	2



	energia. :: lâmpada piloto que se mantém acesa até o momento que alcançar a temperatura marcada no termostato. :: estrutura tubular curvada, com acabamentos em cromo, para maior qualidade e durabilidade da peça e facilidade na limpeza. :: rodízios para maior facilidade na locomoção com travas, possibilitando o fácil desligamento e travamento quando necessário. :: fácil instalação, manutenção e limpeza.		
32	Carro Buffet Frio Salada Com mínimo 4 Cubas Frias, com motor, 220v, Self-service Comporta: 04 Cubas em aço inox gn 1/2 x 65 mm ou 04 Tampas gn 1/2 sem recorte Dimensões: 800 x 595 x 1.255 mm (C x L x A) · 0,73Kcal/Wh Potência: · 1.6HP Consumo: Possui: · lâmpada piloto · Compressor hermético 1/6.		1
33	Forno industrial a gás, aço inox, com pé, termometro para controle de temperatura, capacidade mínima 250 litros, medida aproximada (axl xp): 1270x1120x975 mm, dimensões internas da câmara (axl xp): 293x950x932 mm, altura total: 1440 mm.	UND	6
34	Carrinho Auxiliar Aço Inox Com 3 Prateleiras Com Varanda e 2 Puxadores. Medidas aproximadas: 100x50x105cm. Suporta até 120kg de carga, sendo 40kg em cada prateleira. 100% Aço Inoxidável.	UND	10
35	Batedeira semi industrial planetaria 5l, 220v, potência: 1.000w, acompanha 3 batedores: raquete, espiral e globo + escorregador de ingredientes	UND	1
36	BATEDEIRA PLANETARIA GOURMET ULTRA TURBO 700W - 2 BOWLS 4,5L, 220V. Dimensões aproximadas: 40 cm x 40 cm x 24 cm (A x L x P), 2 bowls com 4,5 litros de capacidade cada: 1 de inox e 1 de plástico.	UND	10



37	Frigideira antiaderente panquequeira/ tapioca. Possui 22cm de diâmetro com capacidade de 0,6l. Seu cabo é em baquelite antitérmico, proporciona um manuseio seguro e muito mais confortável. Além disso, ela ainda é fácil de limpar e pode ser levada à máquina de lavar louças.	UND	35
38	Frigideira funda com revestimento interno antiaderente 24cm / 2,2l. Seu cabo é em baquelite antitérmico, proporciona um manuseio seguro e muito mais confortável.	UND	27
39	Frigideira hotel n.40 em alumínio, com revestimento interno antiaderente, profundidade aproximada 10 cm, 40cm diâmetro, 5,9l	UND	21
40	Panela de pressão antiaderente, 7 litros, fechamento interno, alça e cabo antitérmico, com válvula e trava de segurança, medidas aproximadas: largura: 23cm altura: 23,2cm profundidade: 35,5cm.	UND	4
41	Panela de pressão 20 l, profissional fechamento externo em alumínio polido com 4 sistemas de segurança. Alças em baquelite com distanciador de chamas, medidas aproximadas: largura: 35cm altura: 38cm profundidade: 38cm.	UND	11
42	Cuscuzzeiro n° 26 de alumínio linha hotel 10 litros. - altura total: 30cm; diâmetro da boca: 26cm.	UND	4
43	Cuscuzzeiro n° 40 de alumínio, APROXIMADAMENTE 40 litros. altura total: 40cm; diâmetro da boca: 50cm.	UND	9
44	Faca chef inox 10 a 11'' com cabo branco, polipropileno resistente. Lâmina fabricada com aço inox de altíssima qualidade. Medidas do produto: comprimento aproximado: 40 cm	UND	40
45	Faca chef inox 12'' com cabo branco, polipropileno resistente. Lâmina fabricada	UND	28



	com aço inox de altíssima qualidade. Medidas do produto: comprimento aproximado: 40 cm		
46	Concha Material: alumínio Cabo: 47cm Concha (ø): 12,2cm Capacidade: 400ml	UND	23
47	Escorredor hotel al fosco - nº30 (5,00l) diâmetro da boca: 30,0 cm; altura: 16,5 cm;	UND	14
48	Panela caçarola alumínio hotel com tampa. Diâmetro: 40 cm / altura: 19 cm / capacidade mínima: 23 litros.	UND	8
49	Panela caçarola alumínio hotel com tampa. Diâmetro: 50 cm / altura aproximada: 20 cm / capacidade mínima: 40 litros.	UND	9
50	Panela caçarola alumínio hotel com tampa. Diâmetro: 60 cm . Capacidade mínima: 80 litros.	UND	9
51	Prato plástico em melanina, raso para refeição, medida mínima 28 cm, branco	UND	400
52	Panela de omelete de 7 furos, antiaderente, medida aproximada 31x17cm	UND	14
53	Tábua placa açougue p/ corte carne, polietileno de alta densidade, medidas 100 x 50 cm x 1 cm, branco sem canaleta	UND	28
54	Tábua de corte polietileno (50x30x1, branco-sem canaleta), alta densidade.	UND	25
55	Refresqueira industrial elétrica, para suco, toda em aço inox, 2 sabores. · Tanque, Gabinete e Pingadeira em Aço Inox · Sistema de Circulação Eletro-Bomba · Torneiras Backup Standard + Drenos · Certificação INMETRO Traseiros · Isolamento Térmico Resfriamento em 2h entrada 25° e saída a 8° · Termostato Interno Opção de 1 e 2 Sabores em 220 Volts · Consumo de Energia 50 lt - 396 watts - 1,8 amperes · Consumo de Energia 100 e	UND	1



	150 lt - 616 watts - 2,8 amperes · “Produto certificado – Segurança – Compulsório – Inmetro – BRTUV OCP 0016” Modelo semelhante ou superior a marca: Sufruit.		
56	Cortador de legumes médio industrial para mesa 10 mm. Corpo em alumínio fundido e faca em aço inox.	UND	11
57	Amassador de batatas de mesa com tripé, tamanho médio, material alumínio com cesto em aço inox.	UND	9
58	Caixa plastica pequena com tampa, comprimento 33 cm x largura 21.8 cm x altura 10.3 cm. Capacidade aproximada 5l. Material: plástico polipropileno atóxico.	UND	30
59	Caixa plastica média com tampa, comprimento 41.1 cm x largura 29.1 cm x altura 13 cm capacidade aproximada 10l. Material: plástico polipropileno atóxico.	UND	40
60	Caixa plastica grande com tampa. Capacidade aproximada 20l. Material: plástico polipropileno atóxico.	UND	30
61	Bandeja aço inox, grarçom, redonda, mínimo 40 cm	UND	50
62	Bandeja plastico retangular, branca, em polipropileno pp, produto livre de bisfenol-a bpa, dimensões 48 x 32 x 2,5 cm.	UND	150
63	Peneira, kit com 3 und P: 8cm M:12 cm G: 15 cm	UND	18
64	Jarra medidora graduada, plastiico, 1L	UND	21
65	Forma Assadeira Retangular Hotel Industrial Com Alça, em alumínio, N7, 14,6L, medida aproximada 55x38x7cm	UND	38
66	Peneira inox tamanho g, mínimo 20 cm	UND	16



67	Copo plastico resistente, 200ml, transparente em polycarbonato	UND	400
68	Jarra de vidro grande, para suco/água, mínimo 2l, transparente, liso, acabamento delicado.	UND	40
69	Jarra plastico para água/suco, capacidade mínima 4l, copo transparente em polipropileno resistente e com tampa azul, altura aproximada 28 cm.	UND	65
70	Garrafa térmica tipo botijão térmico 9,5 litros de inox com alça para transporte, pés retráteis, bocal largo para colocar gelo ou líquidos. Pode ser utilizado para água, suco, café, chás, entre outras bebidas. Acabamento em aço inox com verniz, que evita manchas e marcas. Indicado para líquidos quentes ou frios. Isolamento térmico em poliuretano (pu). Livre de bisfenol (bpa free). Dimensões aproximadas do produto: 22,5x22,5x38,5cm	UND	7
71	Cafeteira elétrica inox, industrial 8 litros, 220v, 1300w. Capacidade que varia de 2, 4, 6 e 8 litros litros, coa o café com auxílio do reservatório de água e seu sistema de aquecimento em “banho-maria”, que conservam o café saboroso por todo o tempo.	UND	2
72	FOGAO INDUSTRIAL 02 BOCAS DE ALTA PRESSÃO, ESTRUTURA EM AÇO INOX, GRELHAS EM FERRO FUNDIDO 30X30CM, COM BANDEJA COLETORA E FORNO.	UND	4
73	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS INOX, ALTA PRESSÃO, COM FORNO. Fogão industrial a gás, 04 bocas, alta pressão, preferencialmente queimador duplo, estrutura externa toda em aço inox, queimadores em ferro fundido, medidas mínimas aproximadas: boca 30 x 30cm, altura 80cm, largura 74cm, profundidade 74cm. Informações técnicas do forno: acabamento externo em aço inoxidável,	UND	7



	acabamento interno esmaltado à fogo, porta em aço inoxidável.		
74	TERMOMETRO PARA COZINHA, DIGITAL ESPETO, A PROVA D'ÁGUA. medição de -50°C a 300°C, resolução de 0,1°C, precisão de ±1°C, e uma haste de aço inoxidável com cerca de 150mm de comprimento	UND	16
75	Termometro Digital Infravermelho Culinario, Temperatura Laser, Industrial para uso em Cozinha Tipo Pistola Profissional. Sua faixa de medição vai de 50°C a 400°C.	UND	10
76	Piso - Pallet - Estrado Plástico 4,5 X 40x40 Cm Cor Branca, modular.	UND	114
77	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS, CAPACIDADE COPO PROCESSADOR 2,1L, CAPACIDADE COPO LIQUIDIFICADOR 3,2L. FUNÇÃO MÍNIMA DE CORTAR, ESPREMER, LIQUIDIFICAR, TRITURAR, 1700W, 220V	UND	13
78	Colher de mesa, sobremesa, toda em inox, sem soldas e emendas	UND	400

4. Estudo de Solução

Alternativas Consideradas

Solução	Vantagens	Desvantagens
Licitação por Pregão Eletrônico	Ampla competitividade, transparência, fornecimento parcelado, melhores preços	Processo pode demandar maior tempo
Adesão a Atas de Registro de Preços	Rapidez e menor esforço administrativo	Risco de desatualização de preços, incompatibilidade com as especificações
Contratação direta por dispensa (art. 75, II)	Agilidade no processo	Valor global excede o limite legal para dispensa



Solução Recomendada

A modalidade mais eficiente é o Pregão Eletrônico, preferencialmente com julgamento por menor preço por item, permitindo:

- Seleção mais vantajosa e pluralidade de propostas;
- Contrato com entrega parcelada, o que otimiza o armazenamento e garante flexibilidade à gestão;
- Observância aos princípios da economicidade, transparência e isonomia.

5. Estimativa de Preços

Será realizada com base nos seguintes parâmetros:

- Consulta ao Painel de Preços do Governo Federal;
- Atas de registro de preços recentes de municípios semelhantes;
- Orçamentos com fornecedores especializados;
- Histórico de contratações anteriores da administração pública local.

Tal abordagem garante realismo orçamentário e aderência às práticas de mercado.

6. Matriz de Riscos

Risco	Causa Provável	Impacto	Probabilidade	Plano de Mitigação
Atraso na entrega	Logística do fornecedor	Comprometimento da alimentação escolar	Média	Estipular prazos claros e penalidades contratuais
Produtos fora do padrão	Fornecedor desqualificado ou fraude	Rejeição dos itens e necessidade de nova compra	Média	Exigência de amostras, inspeção e fiscalização ativa
Desistência do fornecedor	Má gestão empresarial	Descontinuidade do fornecimento	Baixa	Avaliação técnica e financeira na habilitação
Reajuste abrupto de preços	Inflação ou crise de abastecimento	Deserto ou fracasso da licitação	Baixa	Atualização da estimativa até a fase de publicação do edital



7. Impacto Ambiental

A contratação em si não gera impactos ambientais significativos. Recomenda-se:

- Destinação ambientalmente correta dos equipamentos antigos;
- Coleta seletiva e descarte adequado das embalagens recebidas.

8. Resultados Esperados

- Instalação de estrutura de cozinha adequada para o regime de ensino integral;
- Redução de riscos sanitários e operacionais no preparo de alimentos;
- Melhoria na qualidade e quantidade da merenda escolar;
- Condições de trabalho seguras e ergonômicas para os profissionais da cozinha;
- Atendimento pleno aos parâmetros do PNAE e diretrizes da Vigilância Sanitária.

9. Conclusão

A presente contratação é necessária, urgente e plenamente justificada, diante da expansão do regime integral da Escola São Vicente. O fornecimento dos materiais descritos é essencial para assegurar a infraestrutura mínima exigida para a produção e distribuição da alimentação escolar. A licitação por Pregão Eletrônico, com entrega parcelada, constitui a alternativa mais eficaz, vantajosa e aderente aos princípios da administração pública.

Saloá, 09 de junho de 2025

ALVARO DEANGELLES PEREIRA FLORENTINO
RESPONSÁVEL PLANEJAMENTO





TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de Material Permanente e Utensílios para as escolas da rede municipal de ensino do município de Saloá PE *nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

Item	Descrição	Unidade	Quant	V. Max. Adm	V. orç
1	Panelheiro duplo 100% aço 6 portas Dimensões altura: 188 cm largura: 70 cm profundidade: 28,3 cm características acabamento da porta: pintura epóxi/poliéster acabamento dos pés: abs cor do produto: branco escala de brilho: brilhante estilo: contemporâneo itens inclusos: 1 panelheiro e 1 manual de montagem linha ou coleção: multipla material da estrutura: aço material da porta: aço	UND	9	1.677,67	15.099,03
2	Bebedouro de coluna, branco, com compatibilidade para garrações de 10 e 20 litros, refrigeração por compressor, 220v, tanque de agua gelada 2,8l, medida aproximada 30 x 87 x 31,8 cm (lxaxp).	UND	25	867,46	21.686,50
3	Freezer horizontal de 2 portas, branco com chave, capacidade minima de 534 litros, voltagem de 220v, fechaduras com chave, rodizio de pés, com controle de temperatuda externo, termostato com função freezer ou refrigerador, dreno de descongelamento, garantia minima do fabricante seja de 01 ano.	UND	4	5.273,64	21.094,56
4	Estante de aço reforçado, com 6 prateleiras, em chapa nº22 (0,60mm), coluna dupla em	UND	22	964,29	21.214,38





	chapa nº18 (1,30mm). Tratada por processo anti-corrosivo e pintura eletrostática a pó. Medidas aproximadas: 920mm x 300mm x 1980mm (largura x profundidade x altura). Suporta até 100 kilos por bandeja.				
5	Estante em aço inox para cozinha industrial. Estante em aço inox para estoque 4 planos 900x380x1500.	UND	17	1.353,28	23.005,76
6	Fogão industrial 6 queimadores, a gás, com forno, chama dupla com alta pressão, em aço inox, Fogão a gás 6 bocas, 1200x950 mm, com maxi forno a gás: construído completamente em aço inoxidável, plano de cocção hermético que impede a infiltração de sujeira e líquidos, com trempes de ferro fundido com acabamento esmaltado, queimadores de alto rendimento projetados para adaptar a chama ao fundo da panela, acendimento com chama piloto que reduz o consumo de gás e garante a segurança do operador, termo válvulas de segurança para evitar vazamentos e pés ajustáveis em aço inox.	UND	3	5.070,00	15.210,00
7	Geladeira industrial 4 portas inox 220v, armazenamento 1044l, temperatura de 0 a 7°C. Refrigeração: ar forçado com evaporador aletado - controlador eletrônico com indicador de temperatura - prateleiras: 4 - construção do gabinete: monobloco níveis, aramadas, reguláveis; um nível pode ser usado como estrado - revestimento externo: aço inox 430 - revestimento interno: aço galvanizado - parte frontal com resistência - pés niveladores no quadro de	UND	1	8.772,45	8.772,45





	portas - equipamento certificado conforme portaria inmetro				
8	Geladeira frost free duplex, mínimo 380 l, 220v, cor branca.	UND	4	3.202,78	12.811,12
9	Mesa lisa / bancada manipulação toda em aço inox industrial 190x60x90 cm plano liso, 1 prateleira	UND	10	2.013,47	20.134,70
10	Mesa bancada em aço inoxidável 201 ou superior, com 2 prateleiras e prateleira superior.*altura prateleira superior: 70cm do tampo principal * altura do tampo principal ao piso 85 cm *largura prateleira Espessura da chapa (mm): 0.8 mmsuperior: 30cm	UND	1	1.445,00	1.445,00
11	Bancada / mesa em de aço inox com duas gavetas e prateleira produzida totalmente em aço inoxidável de alta durabilidade e resistência com suporte de até 400kg distribuídos. Medida aproximada (1,10 m, 70 cm).	UND	1	2.487,51	2.487,51
12	Micro-ondas grande, 220v, 1400w, capacidade 34l,	UND	17	909,87	15.467,79
13	Prateleiras arerea inox para cozinha industrial 100 x 40 cm	UND	19	648,33	12.318,27
14	Processador de alimentos industrial inox, 220v, 7 discos diametro 203mm, potencia mínima 600w.	UND	2	3.565,12	7.130,24
15	Chapa sanduicheira 97x30cm com prensa 4 queimadores a gás *corpo externo em aço inox 430. *queimadores em sistema de gaveta com controle individual. *gaveta coletora de resíduos. *pés com regulagem de ***medidas chapa*** altura *consumo médio de gás:1,400 kg/h *largura 131,0cm *profundidade total 47,0 cm *cocho da chapa : 9 cm *altura 20,0 cm	UND	7	1.987,56	13.912,92





16	Colher de mesa, sopa/ refeição toda em inox, sem soldas e emendas	UND	1500	3,70	5.550,00
17	Garfo de mesa, refeição todo em aço inox, sem soldas e emendas	UND	1500	3,49	5.235,00
18	Faca de mesa, refeição toda em aço inox, sem soldas e emendas	UND	1500	3,67	5.505,00
19	Concha para feijão, toda em aço inox, 30 cm, sem soldas e emendas.	UND	38	26,64	1.012,32
20	Pegador para massa, inox, cabo longo 28 cm	UND	38	29,35	1.115,30
21	Escumadeira, toda em aço inox, 30 cm, sem soldas e emendas	UND	24	29,54	708,96
22	Colher para servir arroz, inox, 32 cm, cabo sem divisórias	UND	54	23,76	1.283,04
23	Espátula reta, inox, com cabo plástico branco. Possui a extremidade da lâmina afiada para maior eficiência. - largura da lâmina: 11,5 cm; - comprimento da lâmina: 13 cm; - comprimento total: 24,5 cm.	UND	8	25,40	203,20
24	Liquidificador industrial, copo aço inox, capacidade 25l, com tampa, 220v, alta rotação.	UND	11	2.709,54	29.804,94
25	Kit merenda escolar (prato, caneca, cumbuca e colher), polipropileno virgem atóxico. Cor azul.	UND	1800	26,27	47.286,00
26	Recipiente de vidro, com tampa, marinex 5l, retangular	UND	40	54,90	2.196,00
27	Recipiente de vidro, com tampa, marinex 2l, quadrado com tampa	UND	30	47,65	1.429,50
28	Colher plana pá em polietileno para cozinha industrial 35 cm	UND	45	19,48	876,60
29	Colher plana pá em polietileno para cozinha industrial 50 cm	UND	42	21,60	907,20
30	Colher plana pá em polietileno para cozinha industrial 75 cm	UND	28	42,81	1.198,68
31	Carro Buffet termico aquecido em inox 8 cubas, 2500w com tampa, 220v, com termostato. :: dimensões do buffet: (138 x 62 x 156cm) dimensões da cuba: (10 x 26,5 x 32,5cm)	UND	2	2.518,77	5.037,54





	padrão 1/2 (aprox. 7 litros) :: 8 cubas gastronômicas (gns) inclusas, confeccionadas em aço inox padrão 1/2 (aprox. 7 litros).quantidade de cubas gastronômicas (gns): 8 unidades :: termostato do tipo capilar de bulbo (20 °c a 120 °c) :: voltagem: 220v :: potência da resistência: 2.500 w :: construído todo em aço inox: cubas, tampas, tanques interno e externo. :: botão termostato automático do tipo capilar de bulbo (30 °c a 120 °c), mantém a temperatura e economiza energia. :: lâmpada piloto que se mantém acesa até o momento que alcançar a temperatura marcada no termostato. :: estrutura tubular curvada, com acabamentos em cromo, para maior qualidade e durabilidade da peça e facilidade na limpeza. :: rodízios para maior facilidade na locomoção com travas, possibilitando o fácil desligamento e travamento quando necessário. :: fácil instalação, manutenção e limpeza.				
32	Carro Buffet Frio Salada Com mínimo 4 Cubas Frias, com motor, 220v, Self-service Comporta: 04 Cubas em aço inox gn 1/2 x 65 mm ou 04 Tampas gn 1/2 sem recorteDimensões: 800 x 595 x 1.255 mm (C x L x A) · 0,73Kcal/WhPotência: · 1.6HP Consumo: Possui: · lâmpada piloto · Compressor hermético 1/6.		1	1.721,12	1.721,12
33	Forno industrial a gás, aço inox, com pé, termometro para controle de temperatura, capacidade mínima 250 litros, medida aproximada (axl xp): 1270x1120x975 mm,	UND	6	2.744,94	16.469,64





	dimensões internas da câmara (axlpx): 293x950x932 mm, altura total: 1440 mm.				
34	Carrinho Auxiliar Aço Inox Com 3 Prateleiras Com Varanda e 2 Puxadores. Medidas aproximadas: 100x50x105cm. Suporta até 120kg de carga, sendo 40kg em cada prateleira. 100% Aço Inoxidável.	UND	10	1.479,40	14.794,00
35	Batedeira semi industrial planetaria 5l, 220v, potência: 1.000w, acompanha 3 batedores: raquete, espiral e globo + escorregador de ingredientes	UND	1	2.324,78	2.324,78
36	BATEDEIRA PLANETARIA GOURMET ULTRA TURBO 700W - 2 BOWLS 4,5L, 220V. Dimensões aproximadas: 40 cm x 40 cm x 24 cm (A x L x P), 2 bowls com 4,5 litros de capacidade cada: 1 de inox e 1 de plástico.	UND	10	687,50	6.875,00
37	Frigideira antiaderente panquequeira/ tapioca. Possui 22cm de diâmetro com capacidade de 0,6l. Seu cabo é em baquelite antitêrmico, proporciona um manuseio seguro e muito mais confortável. Além disso, ela ainda é fácil de limpar e pode ser levada à máquina de lavar louças.	UND	35	53,66	1.878,10
38	Frigideira funda com revestimento interno antiaderente 24cm / 2,2l. Seu cabo é em baquelite antitêrmico, proporciona um manuseio seguro e muito mais confortável.	UND	27	74,13	2.001,51
39	Frigideira hotel n.40 em alumínio, com revestimento interno antiaderente, profundidade aproximada 10 cm, 40cm diâmetro, 5,9l	UND	21	147,69	3.101,49
40	Panela de pressão antiaderente, 7 litros,	UND	4	201,60	806,40





	fechamento interno, alça e cabo antitérmico, com válvula e trava de segurança, medidas aproximadas: largura: 23cm altura: 23,2cm profundidade: 35,5cm.				
41	Panela de pressão 20 l, profissional fechamento externo em alumínio polido com 4 sistemas de segurança. Alças em baquelite com distanciador de chamas, medidas aproximadas: largura: 35cm altura: 38cm profundidade: 38cm.	UND	11	542,04	5.962,44
42	Cuscuzeiro nº 26 de alumínio linha hotel 10 litros. - altura total: 30cm; diâmetro da boca: 26cm.	UND	4	105,12	420,48
43	Cuscuzeiro nº 40 de alumínio, APROXIMADAMENTE 40 litros. altura total: 40cm; diâmetro da boca: 50cm.	UND	9	259,17	2.332,53
44	Faca chef inox 10 a 11'' com cabo branco, polipropileno resistente. Lâmina fabricada com aço inox de altíssima qualidade. Medidas do produto: comprimento aproximado: 40 cm	UND	40	71,09	2.843,60
45	Faca chef inox 12'' com cabo branco, polipropileno resistente. Lâmina fabricada com aço inox de altíssima qualidade. Medidas do produto: comprimento aproximado: 40 cm	UND	28	114,03	3.192,84
46	Concha Material: alumínio Cabo: 47cm Concha (ø): 12,2cm Capacidade: 400ml	UND	23	30,47	700,81
47	Escorredor hotel al fosco - nº30 (5,00l) diâmetro da boca: 30,0 cm; altura: 16,5 cm;	UND	14	79,88	1.118,32
48	Panela caçarola alumínio hotel com tampa. Diâmetro: 40 cm / altura: 19 cm / capacidade mínima: 23 litros.	UND	8	155,03	1.240,24
49	Panela caçarola alumínio hotel com tampa. Diâmetro: 50 cm /	UND	9	327,41	2.946,69





	altura aproximada: 20 cm / capacidade mínima: 40 litros.				
50	Panela caçarola alumínio hotel com tampa. Diâmetro: 60 cm . Capacidade mínima: 80 litros.	UND	9	528,80	4.759,20
51	Prato plastico em melanina, raso para refeição, medida mínima 28 cm, branco	UND	400	9,99	3.996,00
52	Panela de omelete de 7 furos, antiaderente, medida aproximada 31x17cm	UND	14	62,79	879,06
53	Tábua placa açougue p/ corte carne, polietileno de alta densidade, medidas 100 x 50 cm x 1 cm, branco sem canaleta	UND	28	122,35	3.425,80
54	Tábua de corte polietileno (50x30x1, branco-sem canaleta), alta densidade.	UND	25	54,90	1.372,50
55	Refresqueira industrial elétrica, para suco, toda em aço inox, 2 sabores. Tanque, Gabinete e Pingadeira em Aço Inox Sistema de Circulação Eletro-Bomba Torneiras Backup Standard + Drenos Certificação INMETRO Traseiros Isolamento Térmico Resfriamento em 2h entrada 25° e saída a 8° Termostato Interno Opção de 1 e 2 Sabores em 220 Volts Consumo de Energia 50 lt - 396 watts - 1,8 amperes Consumo de Energia 100 e 150 lt - 616 watts - 2,8 amperes "Produto certificado – Segurança – Compulsório – Inmetro – BRTUV OCP 0016" Modelo semelhante ou superior a marca: Sufruit.	UND	1	6.389,44	6.389,44
56	Cortador de legumes médio industrial para mesa 10 mm. Corpo em alumínio fundido e faca em aço inox.	UND	11	146,10	1.607,10
57	Amassador de batatas de mesa com tripé, tamanho médio,	UND	9	237,65	2.138,85





	material alumínio com cesto em aço inox.				
58	Caixa plastica pequena com tampa, comprimento 33 cm x largura 21.8 cm x altura 10.3 cm. Capacidade aproximada 5l. Material: plástico polipropileno atóxico.	UND	30	33,35	1.000,50
59	Caixa plastica média com tampa, comprimento 41.1 cm x largura 29.1 cm x altura 13 cm capacidade aproximada 10l. Material: plástico polipropileno atóxico.	UND	40	61,08	2.443,20
60	Caixa plastica grande com tampa. Capacidade aproximada 20l. Material: plástico polipropileno atóxico.	UND	30	77,89	2.336,70
61	Bandeja aço inox, grarçom, redonda, mínimo 40 cm	UND	50	33,94	1.697,00
62	Bandeja plastico retangular, branca, em polipropileno pp, produto livre de bisfenol-a bpa, dimensões 48 x 32 x 2,5 cm.	UND	150	22,49	3.373,50
63	Peneira, kit com 3 und P: 8cm M:12 cm G: 15 cm	UND	18	28,45	512,10
64	Jarra medidora graduada, plastiico, 1L	UND	21	13,94	292,74
65	Forma Assadeira Retangular Hotel Industrial Com Alça, em alumínio, N7, 14,6L, medida aproximada 55x38x7cm	UND	38	47,45	1.803,10
66	Peneira inox tamanho g, mínimo 20 cm	UND	16	26,94	431,04
67	Copo plastico resistente, 200ml, transparente em policarbonato	UND	400	4,98	1.992,00
68	Jarra de vidro grande, para suco/água, mínimo 2l, transparente, liso, acabamento delicado.	UND	40	24,54	981,60
69	Jarra plastico para água/suco, capacidade mínima 4l, copo transparente em polipropileno resistente e com tampa azul, altura aproximada 28 cm.	UND	65	22,46	1.459,90
70	Garrafa térmica tipo botijão térmico 9,5 litros de inox com alça para transporte, pés retráteis, bocal largo para	UND	7	494,55	3.461,85





	colocar gelo ou líquidos. Pode ser utilizado para água, suco, café, chás, entre outras bebidas. Acabamento em aço inox com verniz, que evita manchas e marcas. Indicado para líquidos quentes ou frios. Isolamento térmico em poliuretano (pu). Livre de bisfenol (bpa free). Dimensões aproximadas do produto: 22,5x22,5x38,5cm				
71	Cafeteira elétrica inox, industrial 8 litros, 220v, 1300w. Capacidade que varia de 2, 4, 6 e 8 litros, coa o café com auxílio do reservatório de água e seu sistema de aquecimento em “banho-maria”, que conservam o café saboroso por todo o tempo.	UND	2	1.384,60	2.769,20
72	FOGAO INDUSTRIAL 02 BOCAS DE ALTA PRESSÃO, ESTRUTURA EM AÇO INOX, GRELHAS EM FERRO FUNDIDO 30X30CM, COM BANDEJA COLETORA E FORNO.	UND	4	1.515,69	6.062,76
73	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS INOX, ALTA PRESSÃO, COM FORNO. Fogão industrial a gás, 04 bocas, alta pressão, preferencialmente queimador duplo, estrutura externa toda em aço inox, queimadores em ferro fundido, medidas mínimas aproximadas: boca 30 x 30cm, altura 80cm, largura 74cm, profundidade 74cm. Informações técnicas do forno: acabamento externo em aço inoxidável, acabamento interno esmaltado à fogo, porta em aço inoxidável.	UND	7	2.441,52	17.090,64
74	TERMOMETRO PARA COZINHA, DIGITAL ESPETO, A PROVA D'ÁGUA. medição de -50°C a	UND	16	99,83	1.597,28





	300°C, resolução de 0,1°C, precisão de $\pm 1^\circ\text{C}$, e uma haste de aço inoxidável com cerca de 150mm de comprimento				
75	Termometro Digital Infravermelho Culinario, Temperatura Laser, Industrial para uso em Cozinha Tipo Pistola Profissional,.Sua faixa de medição vai de 50°C a 400°C.	UND	10	109,97	1.099,70
76	Piso - Pallet - Estrado Plástico 4,5 X 40x40 Cm Cor Branca, modular.	UND	114	29,86	10,00
77	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS, CAPACIDADE COPO PROCESSADOR 2,1L, CAPACIDADE COPO LIQUIDIFICADOR 3,2L. FUNÇÃO MÍNIMA DE CORTAR, ESPREMER, LIQUIDIFICAR, TRITURAR, 1700W, 220V	UND	13	367,40	10,00
78	Colher de mesa, sobremesa, toda em inox, sem soldas e emendas	UND	400	4,36	10,00
					R\$ 476.766,50

1.1. O(s) bens do objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.





3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.2. *Aquisição de Material Permanente e Utensílios para as escolas da rede municipal de ensino*

4.3. *Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...).*

Subcontratação

4.4. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.5. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega do bem é de 05 dias uteis (cinco dias), contados da ordem de fornecimento, semanalmente.*

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço ao secretário Municipal de educação, na Secretaria de Educação – Rua José Candido Vilela, nº16 - B, Centro Saloá-PE.

Garantia

5.3. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

5.4. *A garantia será prestada com vistas a entrega dos materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

5.5. *A garantia abrange a realização da troca dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada se for o caso, de acordo com as normas técnicas específicas.*





5.6. Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos dos materiais utilizadas na fabricação.

5.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do material das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa

para aquisição, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos materiais.

5.10. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.





6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

5.15.1. A fiscalização é assegurada o direito de ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades cabíveis, se até 24 (vinte e quatro) horas não forem atendidas quaisquer reclamações sobre os serviços executados;

5.15.2. o fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação de serviços locados do contratado, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.





Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração,





após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).





7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar..

Cessão de crédito





7.7. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.8. *As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.*

7.9. *A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.*

7.10. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.11. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.12. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;





- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, sendo dispensa de valor, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO] Exigências de habilitação*

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou de [REDACTED] força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será





considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Municipal e Federal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;





9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.22.1 *Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação.*

9.23. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnico-Operacional

9.26. Comprovação de aptidão para execução de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.26.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.





9.26.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.26.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.27. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.28. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 466.872,26, conforme custos unitários apostos na **[tabela contida no item 0 acima]**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

12.361.0037.2101 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BÁSICO

3.3.90.30 – material de consumo

4.4.90.52. equipamentos e material permanente

12.361.0037.2103 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB OUTRAS

3.3.90.30 – material de consumo

4.4.90.52. equipamentos e material permanente

12.361.0037.1110 INVESTIMENTOS NO ENSINO EM TEMPO INTEGRAL - ETI - ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30 – material de consumo

4.4.90.52. equipamentos e material permanente

2.361.0037.2097 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL - ETI - ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30 – material de consumo





4.4.90.52. equipamentos e material permanente

12.365.0039.1111 INVESTIMENTOS NO ENSINO EM TEMPO INTEGRAL - ETI - ENSINO INFANTIL

3.3.90.30 – material de consumo

4.4.90.52. equipamentos e material permanente

11.3. *dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Saloá, 09 de junho de 2025

.

ALVARO DEANGELLES PEREIRA FLORENTINO
RESPONSÁVEL PLANEJAMENTO





CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Nº do Processo: [NumeroProcesso]

Nº Processo Administrativo: [NumAdmProcesso]

Nº do Contrato: [NumeroContrato]

O(A) [RazaoSocialPromotor] com sede no(a) [EnderecoPromotor], na cidade de [CidadePromotor], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [DocumentoPromotor], neste ato representado(a) pelo(a) [NomeAutoridade], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [RazaoSocialParticipante], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [DocumentoParticipante], sediado na [CidadeParticipante] doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) [NomeRepresentante], conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Nº [NumAdmProcesso] e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [ModalidadeProcesso] Nº [NumeroProcesso], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de [Objeto], nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de [ValidadeContrato], contados do(a) assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.





4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação conforme tabela em anexo do contrato*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.





8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias
- 8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. *Entregar o objeto conforme descrito no item 1.2;*





- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;





9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

9.19. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

9.20. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

9.21. *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.





11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de trinta (30) dias;

i. *O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.





3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 2% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*





b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.2.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

12.2.3. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

12.2.4. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).





13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

12.361.0037.1014 - AQUISICAO DE MOVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, INCLUSIVE DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS EM GERAL PARA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL

1107 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB OUTRAS

1108 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA 10.000,00 EDUCAÇÃO INCLUSIVA/ESPECIAL

1109 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA/ESPECIAL

12.361.0037.1110 - INVESTIMENTOS NO ENSINO EM TEMPO INTEGRAL - ETI - ENSINO FUNDAMENTAL

12.365.0039.1111 - INVESTIMENTOS NO ENSINO EM TEMPO INTEGRAL - ETI - ENSINO INFANTIL

12.365.0039.1112 AQUISICAO DE MOVEIS, MÁQUINAS, VEÍCULOS E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO INFANTIL, INCLUSIVE PROG. BRASIL CARINHOSO

1114 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, VEÍCULOS E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1011 - AQUISICAO DE MOVEIS, MÁQUINAS, VEÍCULOS E OUTROS EQUIPAMENTOS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL

44905200 - Equipamentos e Material Permanente 13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.





15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Saloá/PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[NomeAutoridade] - Representante legal do CONTRATANTE

[NomeRepresentante] - Representante legal do CONTRATADO

[CidadePromotorSemUF], [DiaAtual] de [MesAtualNome] de [AnoAtual]





DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

